
ANNA JULIA LUCHTEMBERG

WILLFUL BLINDNESS DOCTRINE:

**análise comparada do direito norte-americano acerca da impossibilidade de
aplicação da teoria da cegueira
deliberada nos crimes de lavagem de capitais no Brasil**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito para obtenção de título de
bacharel em Direito, na Faculdade de Direito da
Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Aprovado em: 13 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. André Machado Maya – FMP (Orientador)

Prof. Me. Rodrigo da Silva Brandalise – FMP

Prof. Me. Thais Teixeira Rodrigues – FMP

RESUMO

LUCHTEMBERG, Anna Julia. **WILLFUL BLINDNESS DOCTRINE**: análise comparada do direito norte-americano acerca da impossibilidade de aplicação da teoria da cegueira deliberada nos crimes de lavagem de capitais no Brasil. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, Porto Alegre, 2022.

O presente trabalho tem por objetivo a compreensão da teoria da cegueira deliberada no âmbito dos crimes de lavagem de dinheiro no Brasil, através do estudo comparado do direito penal e processual penal dos institutos que justificam sua aplicação nos Estados Unidos e no Brasil. Para isso, partiu-se da análise dos sistemas jurídicos próprios de cada país, sendo que o Brasil pertence ao direito de família romano-germânica, da civil law, enquanto os Estados Unidos adotaram o sistema da *common law*. A diferenciação dos modelos foi importante ao passo que daí emergem diferenças inerentes às características estruturantes de cada um. Após, foram citadas decisões importantes proferidas pela Suprema Corte norte-americana, onde foi possível verificar os critérios apontados pelos julgadores para permitir o alargamento do conceito de *knowledge*, bem como o estudo dos elementos constitutivos do crime de lavagem de capitais. A título de possibilitar uma melhor comparação, o mesmo procedimento foi realizado no que tange ao direito penal brasileiro, analisando decisões relevantes que baseiam suas decisões na teoria da cegueira deliberada e elencam os motivos de esta se enquadrar no caso concreto, bem como a análise dos elementos constitutivos do crime de lavagem de capitais no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, realizou-se a comparação de fato entre os ordenamentos jurídicos e os elementos determinantes que possibilitam ou não a aplicação da teoria da cegueira deliberada nas decisões, especificamente nos casos que envolvem lavagem de capitais.

Palavras-chave: cegueira deliberada; dolo eventual; direito penal; direito comparado.